

Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO Nº 117, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal denominado “EM DIA COM ITAQUÁ”, no Município de Itaquaquecetuba – SP, e dá outras providências.

Projeto de Lei Complementar nº 279/2015

Processo nº 1921/2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o artigo 57 da Lei Orgânica do Município, faz saber que esta Edilidade aprovou o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. - Fica instituído o **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL**, denominado “EM DIA COM ITAQUÁ”, destinado à regularização de créditos de natureza tributária e fiscal com vencimento até 30 (trinta) de outubro de 2015, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, e, que se encontra em fase de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com os seguintes critérios e benefícios estabelecidos nesta Lei.

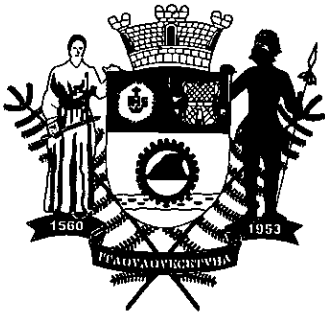
§1º - O Programa terá vigência a partir da data da publicação desta Lei Complementar até 30/11/2015, ficando autorizado o Poder Executivo a prorrogar o Programa de Recuperação Fiscal, bem como os prazos para adesão aos planos de pagamento e vencimento da primeira parcela, por até 180 (cento e oitenta) dias, mediante decreto.

§2º - O Programa será administrado pela Secretaria Municipal de Receita, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

Art. 2º - O ingresso no Programa “EM DIA COM ITAQUÁ” dar-se-á por opção do contribuinte, que fará o regime especial de consolidação dos débitos tributários e fiscais incluídos no Programa.

§1º - Os débitos apresentados pelo optante serão consolidados por base e data da formalização do pedido de ingresso no referido programa.

§2º - A consolidação abrangerá todos os débitos inscritos em nome do optante, na condição de contribuinte e de responsável, constituídos, inclusive os acréscimos legais relativos a multas de mora ou de ofício, a juros moratórios, honorários



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

advocatícios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§3º - O contribuinte optante fica obrigado a apresentar para inclusão e consolidação em seu extrato de parcelamento, outros débitos existentes sob sua responsabilidade que não forem apontados pela Secretaria Municipal da Receita, sob pena da incidência do disposto no inciso VI do art. 8º desta Lei.

§4º - A Secretaria Municipal da Receita poderá enviar ao sujeito passivo, conforme as disposições desta Lei, correspondência que contenha os débitos consolidados passíveis de serem incluídos ao referido programa, com as opções de parcelamento previstas no artigo 4º.

Art. 3º - O contribuinte poderá proceder ao pagamento do débito nos termos e condições estabelecidos no artigo 4º desta lei, sujeitando-se ainda a atualização monetária nos termos da Lei Complementar 52/2001, sendo que a falta de pagamento das parcelas no vencimento importará na cobrança de juros e multa previstos no artigo 401 da Lei Complementar 40/98.

Art. 4º - Os contribuintes que aderirem ao Programa “EM DIA COM ITAQUÁ” poderão optar dentre as seguintes condições:

I - 100% (cem por cento) de desconto na multa e juros para pagamento em até 12 (doze) parcelas, sendo que a parcela não poderá ser inferior a R\$ 30,00 (trinta reais);

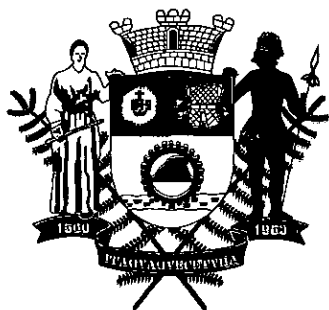
II - 50% (cinquenta por cento) de desconto na multa e juros para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas, sendo que a parcela não poderá ser inferior a R\$ 30,00 (trinta reais).

Parágrafo Único - Nos débitos ajuizados serão devidos pelo contribuinte, além dos valores tributários, fiscais e honorários advocatícios, também as custas e demais despesas processuais.

Art. 5º - A opção dar-se-á mediante requerimento do contribuinte, em formulário próprio, instituído pela Secretaria Municipal da Receita.

§1º - Os contribuintes para aderirem ao programa nos termos desta lei, ingressarão com requerimento dirigido à Secretaria Municipal da Receita, acompanhado dos seguintes documentos:

I - confissão irrevogável dos débitos no Programa “EM DIA COM ITAQUÁ”;



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

II - cópia do contrato social ou declaração de empresário individual, cópia do RG e do CPF do sócio administrador signatário do pedido quando o contribuinte for pessoa jurídica;

III - cópia do RG, do CPF e comprovante de endereço atualizado, quando for pessoa física.

§2º - A primeira parcela deverá ser paga até o ultimo dia útil do mês que foi efetivada a adesão ao programa, e as demais na mesma data dos meses subsequentes até a quitação do débito.

Art. 6º. - O contribuinte poderá incluir no referido programa eventuais saldos de parcelamento em andamento.

Art. 7º. - A opção pelo Programa “EM DIA COM ITAQUÁ” sujeita o contribuinte a:

I - confissão irrevogável e irretroatável dos débitos consolidados;

II - aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;

III - pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem como dos tributos com vencimento posterior à data da publicação desta Lei;

IV - desistência de qualquer contestação e/ou discussão dos débitos parcelados, seja administrativamente ou judicialmente, devendo comprovar o protocolo da petição de desistência.

Parágrafo Único - A opção pelo referido programa exclui qualquer outra forma de parcelamento de débito de natureza tributária e fiscal, referidos no art. 1º desta Lei.

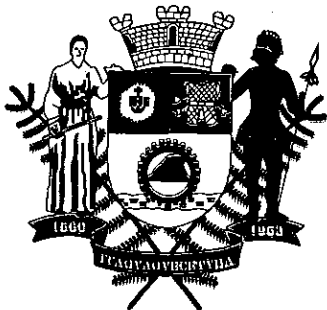
Art. 8º. - O contribuinte será excluído do Programa “EM DIA COM ITAQUÁ”, nas seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - inadimplência por 03 (três) meses consecutivos ou não, relativos a qualquer dos débitos abrangidos pelo referido programa;

III - decretação de falência, extinção pela liquidação ou cisão da pessoa jurídica;

IV - concessão de medida cautelar fiscal;



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

V – prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato;

VI – decisão definitiva, na esfera judicial total ou parcialmente desfavorável ao contribuinte, relativo ao débito que poderia ter sido incluído do referido programa e não foi, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação da referida decisão.

VII – se verificado que, sobre o valor parcelado existe garantia da execução em dinheiro, o valor será compensado das últimas parcelas.

§1º - A Secretaria Municipal da Receita quando constatada qualquer irregularidade mencionada nas hipóteses acima, exceto a constante do Inciso II que será excluído de ofício, poderá propor a exclusão do optante, a qual será decidida pelo Prefeito Municipal, após ouvida a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

§2º - Desta proposição que deverá ser justificada, o contribuinte será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar ou adimplir o débito existente.

§3º - Não adimplindo o débito ou sendo julgada improcedente a impugnação em decisão fundamentada, o contribuinte será excluído do referido programa.

§4º - O contribuinte será intimado da decisão de exclusão, para querendo, interpor pedido de reconsideração ao Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias.

§5º - As execuções fiscais suspensas pela adesão ao referido programa serão retomadas na hipótese de exclusão do contribuinte do programa.

Art. 9º. - O contribuinte que optar pelo referido programa renunciará aos recursos administrativos e judiciais que versem sobre os débitos tributários a serem consolidados no parcelamento.

Art. 10. - As execuções fiscais já ajuizadas:

I – serão suspensas, a pedido da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, após a adesão ao referido Programa e esta ser comunicada oficialmente pela Secretaria de Receita da adesão do contribuinte;

II – permanecerão com penhora dos bens, até o cumprimento total do parcelamento, caso já tenha sido efetuada.

Parágrafo único – O contribuinte, quando aderir ao Programa, reconhece expressamente que a suspensão judicial da execução fiscal dependerá do envio, pela Secretaria de Receita, dos dados necessários à Secretaria Municipal de Assuntos



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

Jurídicos quanto à adesão ao Programa, que se em termos, pedirá a suspensão, cuja efetivação dependerá de manifestação/despacho do Juízo da Execução.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA, em 12 de novembro de 2015, 455º da Fundação da Cidade e 62º da Emancipação Político Administrativa do Município.


VER. WILSON DOS SANTOS

Presidente

Registrado no Departamento de Serviços Parlamentares e afixado no quadro de Editais, nesta data.


JOSEMAR DE JESUS ANDRADE

Diretor do Depto. de Serviços Parlamentares